

APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA ENTIDADE EM MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE UMA CIDADE DO EXTREMO OESTE DE SANTA CATARINA

Andréia Rohden¹

Cristian Samuel Wandscheer²

RESUMO

A aplicação do princípio da entidade nas empresas é importante para obter bons resultados, aumentar a lucratividade e contribuir na continuidade do negócio. O presente artigo teve por objetivo analisar qual a aplicabilidade do princípio da entidade nas micro e pequenas empresas, situadas em uma cidade do Extremo Oeste de Santa Catarina. O artigo possui natureza teórico-empírica, abordagem quantitativa, com objetivo descritivo e exploratório. Os resultados demonstram que muitos são os negócios que não atendem e não respeitam o princípio da entidade. Apesar de receberem orientação e possuírem conhecimento sobre o assunto, há empresários que não separam o patrimônio da empresa do pessoal, ou até utilizam veículos próprios para a realização de atividades da empresa. Com um ranking médio de 2,43, grande parte dos sócios acabam realizando saques da empresa, quando possuem necessidades financeiras pessoais. Mais de 75% dos respondentes retrataram utilizar o veículo pessoal na realização de atividades externas da empresa. Dentre os questionados, somente 40% apresentaram a resposta de que nunca ocorrem retiradas informais na empresa pelos sócios. E com um ranking médio de 3,63, vários são os gestores que recebem orientações do profissional contábil quanto a separação do patrimônio da empresa do pessoal. O estudo foi realizado com a aplicação de um questionário, que auxiliou na verificação da observância do princípio pelos gestores. Assim, pode-se evidenciar a importância da aplicação do princípio da entidade, pois é um fator importante na obtenção e melhoria de resultados, sendo possível aumentar a lucratividade e garantir o sucesso e continuidade da empresa.

Palavras-chave: Princípio da Entidade. Empresas. Gestão.

¹ Pós-graduanda em Controladoria, Finanças e Gestão Tributária na UCEFF Itapiranga. Graduada em Ciências Contábeis pela UCEFF Itapiranga. E-mail: rohdenandrea@hotmail.com

² Especialização em Controladoria, Finanças e Gestão Tributária pela Faculdade de Itapiranga (FAI). Professor na UCEFF Itapiranga. E-mail: cristian@uceff.edu.br

1 INTRODUÇÃO

Os demonstrativos devem permitir a análise da situação financeira e econômica da empresa, para que seja possível determinar a situação patrimonial, e verificar possíveis e necessárias interferências nas atividades futuras do negócio, garantindo assim sua saúde financeira. (CVM-Comissão de Valores Mobiliários, 1986). A contabilidade financeira é a responsável por evidenciar as informações da situação financeira do negócio, voltada principalmente aos usuários externos da empresa, conduzida e regulamentada pela legislação vigente e pelos princípios da contabilidade. (HANSEN; MOWEN, 1997).

A gestão empresarial está voltada principalmente ao ambiente interno da organização. É a responsável em potencializar a relação entre as operações, recursos, produtos e serviços do negócio, ponderando tanto as variáveis internas como externas, que possam interferir nos resultados e atividades da empresa. A gestão auxilia no controle operacional, econômico, financeiro e patrimonial da entidade. (PEREIRA, 2001).

Em muitos momentos ocorrem falhas na gestão da empresa, principalmente quanto as metas propostas, quanto aos planos de ação, ao planejamento relacionado ao tempo para alcançar determinado objetivo, ou surgimento de obstáculos não previstos. Portanto, traçar diversos cenários e realizar um planejamento minucioso torna-se indispensável para a obtenção de sucesso. (FALCONI, 2009).

O princípio da entidade é fundamental e serve como base para os demais postulados da contabilidade. Na contabilidade, o princípio da entidade refere-se a separar o patrimônio da empresa, de seus sócios ou acionistas. Portanto, receitas e despesas da pessoa física e pessoa jurídica, devem ser controladas separadamente. (IUDÍCIBUS, 2009). É uma premissa ambiental, pois refere-se ao ambiente em que as empresas atuam, sendo ele econômico ou social. (IUDÍCIBUS; MARION; FARIA, 2009).

O princípio da entidade deve ser cumprido pelos empresários, para que haja máxima eficiência gerencial. Ela torna possível a verificação da realidade econômica da entidade, auxiliando na gestão e garantia de futuros lucros do negócio. (NIYAMA; SILVA, 2013).

A participação das micro e pequenas empresas na economia é fundamental. Elas geram muita riqueza ao país, principalmente por dispor de vários empregos, e fortalecer a economia. Com a ampliação do mercado consumidor, as micro e pequenas empresas vão adquirindo espaço e desenvolvendo o empreendedorismo. O proprietário do negócio passa a ver a empresa como uma oportunidade, fazendo-a crescer. (SEBRAE, 2014).

Os micro e pequenos negócios possuem importância socioeconômica, pois impulsionam a economia e dinamizam o fluxo de recursos. Representam grande parte de setores do comércio, serviço e indústria. Além de dispor empregos para várias pessoas, acabam gerando inovações e investimentos locais, oferecendo maior diversidade de produtos e serviços ao público consumidor. (SEBRAE, 2014). Segundo pesquisas realizadas pelo SEBRAE (2018), as Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), representam em torno de 98,5% do total de empresas privadas. Possuem influência no PIB (Produto Interno Bruto) onde demonstram um índice de 27%, e geram emprego para cerca de 54% do total de pessoas empregadas no Brasil.

A partir disso, verificou-se a importância da realização de um estudo sobre o conhecimento e a aplicação do princípio da entidade nas empresas. Portanto, formulou-se o seguinte problema: Qual a aplicabilidade do princípio da entidade nas micro e pequenas empresas, situadas em uma cidade do Extremo Oeste de Santa Catarina? O presente estudo tem por objetivo analisar qual a aplicabilidade do princípio da entidade nas micro e pequenas empresas, situadas em uma cidade do Extremo Oeste de Santa Catarina.

O estudo tem por justificativa a contribuição aos usuários e empresários, pois destaca a importância da aplicação do princípio da entidade nas empresas, o que auxilia em melhorias econômicas e financeiras, além de outros benefícios. Deve-se destacar também, que o estudo também traz benefícios relacionados ao meio acadêmico, pois proporciona aos estudantes uma análise sobre a importância do princípio da entidade na gestão empresarial e financeira do negócio. Abreu e Mello (2015) também propõem em seu artigo: análise da aplicação do princípio da entidade em micro e pequenas empresas do distrito federal, que fosse estendida a pesquisa para outras amostras, pela relevância do tema para as micro e pequenas empresas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CONTABILIDADE FINANCEIRA

A contabilidade financeira é uma importante ferramenta, que auxilia na verificação e fornecimento de informações importantes, que auxiliam no presságio de necessidades em atrair recursos, bem como verificar se o negócio trará retorno aos investidores. Auxilia também na análise da aplicação de recursos, para que o retorno seja o mais proveitoso e vantajoso possível. (BRAGA, 2010).

A contabilidade financeira permite a verificação e análise da situação econômico-financeira, tanto do presente como do futuro da empresa. Isso porque os relatórios são elaborados de acordo com os princípios da contabilidade. (MOURA; FANK; DALLABONA; LAVARDA, 2011). É direcionada aos usuários externos da empresa, como credores, governo e os investidores. É necessário que as informações financeiras sejam analisadas e evidenciadas por profissionais habilitados, para que sejam úteis e possam ser utilizadas no gerenciamento de resultados. (GILIO; AFONSO, 2013).

A contabilidade financeira fornece informações importantes para o gerenciamento do negócio. É através dela que são elaborados os orçamentos, relatórios de desempenho e avaliação das atividades. Os *controllers* são considerados os responsáveis pelas demonstrações financeiras de qualquer negócio, pois são os maiores provedores de informação para a contabilidade financeira. (DANI; BEUREN, 2014).

A geração de um banco de dados é essencial na tomada de decisão. As informações financeiras bem estruturadas e elaboradas, tornam o negócio produtivo e competitivo. Favorecem a gestão empresarial, o que faz com que a empresa passe a apresentar o retorno sobre o valor de capital investido. É a informação financeira que auxilia na elaboração de demonstrações importantes, como o fluxo de caixa, ciclo financeiro e operacional da empresa, análise e verificação da necessidade de buscar capital de giro. (COUTINHO; MATTOS; FONSECA; BRAGA, 2014).

A contabilidade financeira evidencia informações monetárias através da utilização de indicadores financeiros. É utilizada para fins fiscais, societários e regulatórios. É regulada por lei e possui informações precisas, confiáveis, objetivas e consistentes, sendo estas utilizadas na elaboração de relatórios financeiros, evidenciando informações importantes à seus usuários. (TRIGUEIRO, 2017). É uma importante ferramenta, pois auxilia na precisão da tomada de decisão. Além disso, os relatórios financeiros são objetivos e auxiliam na verificação e resolução de consequências financeiras geradas a partir de atividades passadas. (ALVES; KASSAI; LUCAS; FERREIRA, 2017).

Um dos maiores problemas no gerenciamento do negócio está no fato da não observação de dados financeiros para a tomada de decisão. As decisões são tomadas intuitivamente, sem analisar as informações mercadológicas e financeiras. É um grande fator que acaba gerando o insucesso da empresa, ou até mesmo sua falência. (MOTERLE; WERNKE; JUNGES, 2019).

Conforme Cepêda e Monteiro (2020), fatores contextuais e individuais das empresas, modificam a forma e a importância que será dada à informação financeira. O porte da empresa passa a influenciar sobre a importância dada a informação financeira, pois em empresas de grande porte, há maior rigorosidade no controle e processo de tomada de decisão. Gestores que atuam em empresas mais antigas, também são beneficiados quanto a quantidade de informações presentes na contabilidade financeira, pois como o negócio já existe a mais tempo, também terá acesso a mais informações, podendo verificar e comparar os resultados de períodos anteriores.

As demonstrações financeiras são úteis no fornecimento de informações referente ao controle do negócio, auxiliando na remuneração dos gestores e no monitoramento da situação financeira da empresa, além de auxiliar na análise de investimentos. Elas oferecem informações oportunas aos administradores, para que estes possam tomar decisões importantes frente a situações que necessitem de ação corretiva. (CEPÊDA; MONTEIRO, 2020).

2.2 GESTÃO EMPRESARIAL

O sistema de informações gerenciais é essencial para a obtenção de resultados satisfatórios no negócio. É responsável pela organização, planejamento e controle, auxiliando na eficiência da tomada de decisão. Os relatórios gerenciais auxiliam os administradores e demais usuários internos da empresa, e devem ser elaborados conforme necessidade e atividades da empresa. (BAZZOTTI; GARCIA, 2006).

A gestão empresarial é essencial no alcance de metas e resultados. Suas ferramentas auxiliam em aspectos operacionais e administrativos do negócio, e devem ser adaptadas conforme o porte e atividade da empresa, observando também todos os aspectos legais e regulamentares. (FLORIANO; LOZECKYI, 2008).

A gestão empresarial vai muito além de tomar decisões. A gestão envolve planejamento, organização, controle de recursos, administração, gerência, e tudo o que for necessário para atingir os objetivos. (OLIVEIRA; PEREZ JR; SILVA, 2010). O sucesso empresarial depende de vários fatores. Além de ofertar mercadorias ou serviços inovadores e de qualidade, precisa de profissionais qualificados e comprometidos, visão de expansão do negócio, utilizar as ferramentas gerenciais, que vão desde o planejamento até as ações corretivas necessárias na melhoria de processos. (MARTINELLO, 2011).

A busca constante por conhecimento é imprescindível para o gestor empresarial. Este deverá realizar estudos constantes para verificar possíveis ameaças e oportunidades ao negócio, buscar inovação e desenvolvimento administrativo, realizar planejamentos para aumentar constantemente a lucratividade da empresa, oferecer treinamentos e qualificação profissional a seus funcionários, dentre tantos outros atributos a serem observados. (CHIARELLI, 2013).

A observação da gestão tributária é necessária para o bom andamento da gestão empresarial, pois é através dela que pode-se desenvolver e melhorar questões ligadas a competitividade e lucratividade. Auxilia na diminuição de custos e despesas da empresa, tornando o negócio mais viável e consistente. Para isso, uma análise detalhada de relatórios contábeis e gerenciais é imprescindível. (LUCA; CICHELLA, 2014).

O planejamento tributário é uma importante ferramenta para uma boa gestão empresarial. É através de um bom planejamento tributário, que se torna possível a verificação de economia fiscal, além de visualizar previamente qual o enquadramento que melhor se adequa e que trará maior resultado ao negócio, conforme faturamento e atividade que a empresa irá desenvolver. (SOUSA; SILVA; CARVALHO; SANTOS, 2018).

Com os avanços tecnológicos, os processos de gestão empresarial devem passar por constante desenvolvimento e aprimoramento, tornando-se cada vez mais sofisticado. Faz-se necessário para que a empresa continue sendo competitiva em relação à seus concorrentes. (CARAFFINI; SOUZA; BEHR, 2020). O controle financeiro e orçamentário são grandes aliados no processo de estruturação e elaboração do relatório gerencial. É através deles que os administradores estruturam os objetivos e metas da organização, necessários para a tomada de decisão, continuidade e lucratividade da empresa. (VALVERDE; CHIARETO; GOULART, 2020).

O planejamento estratégico, orçamento empresarial e análises de variações orçamentárias, são as ferramentas mais utilizadas na gestão empresarial. Estes são fundamentais para obter bons resultados, e verificar quais as reais necessidades da empresa. O uso de relatórios gerenciais é o que torna possível verificar falhas do passado, e planejar ações corretivas que possam melhorar constantemente os resultados do negócio no futuro. (SOUZA; RUSSO; GUERREIRO, 2020).

Segundo Feil e Haberkamp (2020), muitos são os gestores que desconhecem os mecanismos gerenciais, o que faz com que estes não consigam separar o patrimônio pertencente à empresa, do pessoal. Frente a esta questão, acabam utilizando a experiência como ferramenta de gestão, o que passa a afetar o negócio. A utilização de informações contábeis e do conhecimento são essenciais para o sucesso das organizações.

2.3 PRINCÍPIO DA ENTIDADE

A não aplicação do princípio da entidade pode dar-se devido a várias questões. Em alguns casos, os proprietários de empresas desconhecem o princípio e qual a sua essência. Neste caso, o contador possui um papel fundamental quanto à prestação de auxílio e orientações ao proprietário, no que diz respeito à separação do patrimônio da empresa e do sócio. Além do desconhecimento do princípio, outros fatores influenciam a não aplicação deste, como a alta carga tributária, deficiência de recursos para o capital de giro, índice elevado de inadimplência, legislações que desfavorecem o crescimento empresarial. (FILHO; OLIVEIRA, 2010).

É comum que micro e pequenas empresas que são familiares encontrem maior dificuldade em separar o patrimônio da empresa das finanças da família. A administração dessas entidades deverá ser conduzida de forma profissional, caso contrário, acabará afetando e prejudicando o negócio. Por vezes, as ferramentas contábeis não são utilizadas da maneira que deveriam. A confusão entre patrimônio da empresa e do sócio gera distorções de informações, o que faz com que os relatórios contábeis não demonstrem corretamente a situação da empresa, implicando a não utilização destes na tomada de decisão. (ALBUQUERQUE, 2011).

Em muitos casos, o encerramento das atividades operacionais ocorre pela não aplicação do princípio da entidade no negócio, principalmente em micro e pequenas empresas, que estão mais propícias às consequências do não cumprimento do postulado, o que acaba por afetar a integridade da instituição. (BORGES; SOARES; NAZARETH; NASCIMENTO; SOARES, 2012).

A saúde financeira da entidade depende da distinção entre receitas e despesas próprias e dos proprietários. O resultado positivo somente será alcançado quando há o controle financeiro, sendo necessária a escrituração separada das entradas e saídas da empresa, garantindo que as informações sejam as mais corretas e claras possíveis, para auxiliar na avaliação da situação financeira do negócio. (ABREU; FREITAS; ALMEIDA, 2012).

O princípio da entidade propõe que o patrimônio da empresa não se confunda com o patrimônio dos sócios proprietários da empresa. É essencial para que o princípio da continuidade ocorra, pois somente com o controle e administração de maneira individual do patrimônio da empresa, é que se alcança o sucesso e sobrevivência do negócio. (SILVA; MOROZINI; CASTRO, 2013).

Respeitar o princípio da entidade auxilia na proteção e aumenta a vida útil dos bens da empresa, diminuindo o desgaste destes, além de reduzir os gastos desnecessários e estimular o interesse dos sócios quanto às atividades da empresa, aumentando sua lucratividade. Para isso, algumas ações como o uso do veículo da empresa para fins pessoais, uso de telefone da empresa para ligações pessoais, retiradas de dinheiro do caixa da empresa para pagamento de contas particulares, devem ser observadas e evitadas, pois estas ferem o postulado da entidade. (SOUZA, 2014).

Verifica-se que em micro e pequenas empresas há uma maior dificuldade em respeitar o princípio da entidade, isso porque na maior parte dos casos, esses negócios possuem o proprietário como único responsável e também como gestor de todas as questões administrativas e financeiras. A gestão depende da aplicação dos princípios contábeis e também da utilização de ferramentas gerenciais para o alcance do sucesso empresarial. A empresa tem personalidade própria, porém em muitos casos esse aspecto não é observado. (ABREU; MELLO, 2015).

A aplicação do princípio da entidade ampara o alinhamento das atividades no processo produtivo, isso porque as decisões financeiras são indispensáveis na organização. As informações e controle financeiro auxiliam a dispor dados importantes na definição de índices, que são um suporte necessário para aumento do resultado econômico e acréscimo na receita. (PAZ, 2017).

O contador passou a ter papel fundamental quanto a conscientização de sócios proprietários a aplicarem o postulado da entidade. Além de contador, passa a ser consultor. Possui a importante função de buscar conscientizar os clientes quanto as operações que são realizadas na empresa, auxiliando e influenciando empresários na tomada de decisão. Deverá direcionar os administradores quanto ao caminho mais

seguro a ser seguido, e a importância destes fornecerem os documentos hábeis para a escrituração contábil. (ARAUJO; SIEBRA, 2019).

2.4 ESTUDOS CORRELATOS

No ano de 2014, Souza realizou uma pesquisa com o objetivo de analisar se os microempresários do ramo do comércio em Pimenta Bueno conhecem e aplicam o princípio da entidade na administração de suas empresas. Em seu artigo conhecimento e aplicação do princípio da entidade pelos microempresários do setor do comércio no município de Pimenta Bueno – RO, obteve como resultado de que nem tudo o que os empresários aprenderam quanto ao postulado da entidade, está sendo colocado em prática por eles. 96% dos consultados afirmam que o princípio é útil na gestão do negócio, porém 14% dos entrevistados utilizam o veículo da empresa para fins particulares nas férias ou nos fins de semana, 52% deles usam o telefone da empresa para realizar ligações particulares, e 42% dos consultados assumem sacar dinheiro do caixa da empresa para pagamento de contas pessoais.

Abreu e Mello, no ano de 2015, apresentam no artigo intitulado análise da aplicação do princípio da entidade em micro e pequenas empresas do Distrito Federal, como objetivo, analisar a aplicabilidade do princípio da entidade em micro e pequenas empresas do Distrito Federal, por meio da mensuração do seu grau de aplicabilidade. Obtiveram como principais resultados evidências de desrespeito ao princípio da entidade, principalmente em microempresas. Apesar destas possuírem conhecimento sobre o assunto, muitas são as que ferem e ignoram o princípio, dando atenção somente a questões tributárias e de concessão de crédito. O estudo realizado em três micro empresas e três empresas de pequeno porte, resultou na conclusão de que as empresas poderão passar por problemas futuros, pois 11% das entidades tem seu tempo de vida reduzido por problemas de gestão.

Já Araujo e Siebra, no ano de 2019, no artigo com título aplicação do princípio da entidade em empresas de Campo Grande/MS, propuseram como objetivo analisar a aplicação do princípio da entidade em empresas de Campo Grande/MS. Obtiveram como resultados de que 58% dos empresários respondentes possuem a correta definição e conhecimento sobre o que é o princípio da entidade, porém em 49% das empresas, as retiradas de lucros ocorrem de forma ilegítima. E 27% injetam capital próprio na empresa, sem registrá-los nos demonstrativos. 12% dos pesquisados acreditam que não seja necessária a separação do patrimônio da empresa, do pessoal. Por mais que os empresários tenham conhecimento sobre o assunto, estes não o seguem como deveriam. É importante que estes saibam seu conceito e finalidade, e que o considerem necessário. Respeitar este princípio poderá resultar e trazer diversos benefícios ao negócio, apresentando melhorias e aumento contínuo do retorno financeiro.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente artigo caracteriza-se por ser de natureza teórico-empírica. A pesquisa teórico-empírica é a ampliação do conhecimento teórico, analisar e explicar o tema proposto, reconstruindo conceitos, ideias e ideologias, através da análise de teorias já existentes. (KOCHE, 2011).

Classificada como uma pesquisa descritiva, pois apresenta características e descrições sobre o tema, trazendo a maior quantidade de informações possíveis. Possui

caráter exploratório, ao qual ocorre o levantamento bibliográfico e verificação de fatos que auxiliam na compreensão do assunto, gerando conhecimentos e formulando hipóteses ao problema da pesquisa, tornando-a explícita. (GIL, 2010).

O procedimento utilizado na pesquisa foi o método survey, ao qual é realizado o levantamento de dados. Neste método, há o questionamento e envolvimento direto com as pessoas, tendo por finalidade conhecer e buscar informações diretamente com um determinado grupo, a respeito do tema desejado. (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Quanto a abordagem do problema, a pesquisa é classificada como quantitativa, pois estabelece análises estatísticas sobre o assunto abordado, ao qual os dados possam ser mensurados em números, sendo classificados e analisados. Ocorre a verificação numérica de dados ligados ao objetivo da pesquisa. (DIEHL, 2004). Possui como diferencial o propósito de sustentar a exatidão dos trabalhos realizados, apresentando resultados com pequenas chances de distorções. (DALFOVO; LANA; SILVEIRA, 2008).

Quanto a população e a amostra, Prodanov e Freitas (2013) descrevem que a população é a totalidade de indivíduos que possuem as mesmas características para a realização do estudo. Enquanto a amostra é considerada como o subconjunto de indivíduos que compõem a população, sobre o qual o estudo foi aplicado. Para estabelecer a população desta pesquisa, verificou-se quais as empresas associadas à uma associação de empresários de uma cidade do extremo oeste de Santa Catarina, sendo que a associação disponibilizou, na data de 28 de julho de 2020, um relatório ao qual constava 146 micro e pequenas empresas associadas. Para a definição da amostra, utilizou-se a fórmula de Barbetta, ao qual ficou definida como amostra, 60 micro e pequenas empresas.

O instrumento utilizado para a coleta dos dados foi um questionário, ao qual, conforme Silva e Menezes (2005), é composto por uma série ordenada de perguntas devidamente respondidas, sendo que as informações coletadas deverão ser interpretadas para o devido entendimento das variáveis da pesquisa.

O questionário foi adaptado de Abreu e Mello (2015), em seu artigo análise da aplicação do princípio da entidade em micro e pequenas empresas do Distrito Federal, e está dividido em dois blocos, sendo o primeiro bloco com questões de identificação do participante, e o segundo com questões de múltipla escolha de 01 a 05, tipo Likert, sendo que a 01 remete a menor frequência e a 05 representa a maior frequência, totalizando vinte (20) perguntas fechadas, relativas ao princípio da entidade. O questionário foi entregue pessoalmente às empresas, na data de 17 de agosto de 2020, ao qual foram respondidos por administradores das entidades. E na data de 20 de agosto de 2020, foram recolhidos os questionários respondidos.

Após realizado o levantamento do perfil do respondente do primeiro bloco, foi analisado o segundo bloco composto por questões referente à aplicação do princípio da entidade nas micro e pequenas empresas. Esses resultados foram apontados por meio de cálculos de média obtidos pelo ranking médio.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

O mapeamento de dados do presente artigo deu-se através da elaboração de tabelas, assim como análises e descrições decorrentes das informações obtidas pelo questionário referente à aplicação do princípio da entidade nas micro e pequenas

empresas. Iniciou-se a análise através da verificação do perfil dos respondentes por idade, como apresentado na Tabela 1.

Tabela 1: Perfil dos Respondentes por Idade

Idade dos Respondentes	Frequência	%
Até 25 anos	5	8,33%
26 a 35 anos	15	25,00%
36 a 45 anos	20	33,33%
46 a 55 anos	13	21,67%
Acima de 55 anos	7	11,67%
Total	60	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Pode-se verificar que a maior parte dos respondentes está na faixa etária de 26 a 45 anos. Dos 60 questionados, 33,33% possuem entre 36 a 45 anos, o que corresponde a 20 indivíduos. Do total de respondentes, 33 são do sexo masculino, o que corresponde a 55% do total, e 27 são do sexo feminino, no que há um certo equilíbrio quanto ao gênero.

A Tabela 2 evidencia o perfil dos respondentes por formação.

Tabela 2: Perfil dos Respondentes por Formação

Formação dos Respondentes	Frequência	%
Ensino Médio Completo	22	36,67%
Ensino Superior	22	36,67%
Pós- Graduação/ Mestrado/ Doutorado	11	18,33%
Outro	5	8,33%
Total	60	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Ao analisar a Tabela 2, fica evidenciado de que poucos deles possuem especializações. Dos 60 respondentes, somente 11 são mestres, doutores ou pós-graduados. 22 dos respondentes possuem somente formação até o ensino médio, o que corresponde a 36,67%. Destes, também há 22 indivíduos que possuem ensino superior, o que aumenta o conhecimento destes frente à administração e contato com o tema princípio da entidade. A busca por conhecimento é frequente, pois além de adquirir conhecimento, amplia a visão quanto a novas oportunidades, o que é um ponto benéfico na gestão de negócios.

Na Tabela 3, está apresentado o perfil dos respondentes por função e tempo de cargo.

Tabela 3: Perfil dos Respondentes por Função e Tempo no Cargo

Função dos Respondentes	Frequência	%	Tempo no Cargo	Frequência	%
Diretor	19	31,67%	1 ano	5	8,33%
Gerente	29	48,33%	1,1 a 5 anos	13	21,67%
Supervisor	5	8,33%	5,1 a 10 anos	13	21,67%
Outros	7	11,67%	Acima de 10,1 anos	29	48,33%
Total	60	100,00%		60	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Pode-se notar que, de modo geral, os questionados estão a um tempo considerável no cargo. 29 deles, o que representa 48,33%, possui o cargo a mais de 10 anos. O que explica o fato de que a maioria possui função de gerente, onde 48,33% ocupa a gerência (29 indivíduos). Apenas 11,67% dos respondentes não possui função de diretor, gerente, ou supervisor.

Outro fator que também influencia na questão administrativa, é o tempo de experiência como gestor na função, o que está evidenciado na Tabela 4.

Tabela 4: Perfil dos Respondentes por Experiência como Gestor na função

Experiência como Gestor na função	Frequência	%
1 ano	4	6,67%
1,1 a 5 anos	11	18,33%
5,1 a 10 anos	18	30,00%
Acima de 10,1 anos	27	45,00%
Total	60	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

De acordo com o apresentado na Tabela 4, muitos são os gestores com mais de 10 anos de experiência na função. Representando 45% dos respondentes, 27 dos gestores possui período de experiência superior a 10 anos. Certamente estes possuem algum conhecimento quanto ao princípio da entidade, já ouviram falar do tema. Somente 6,67% está na função em menos de 1 ano.

A Tabela 5 evidencia o tempo de atuação da empresa no mercado.

Tabela 5: Tempo de Atuação da Empresa no Mercado

Tempo de Atuação da Empresa no Mercado	Frequência	%
Menos de 2 anos	4	6,67%
Entre 2,1 e 5 anos	7	11,67%
Entre 5,1 a 10 anos	11	18,33%
Entre 10,1 a 15 anos	12	20,00%
Entre 15,1 a 20 anos	10	16,67%
Mais de 20 anos	16	26,67%
Total	60	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Pode-se notar que de modo geral, as empresas estão estabelecidas no mercado a um período considerável. Das 60 empresas de amostra da pesquisa, 16 delas possuem mais de 20 anos de atuação, o que representa 26,67% dos respondentes. Somente 11 empresas estão no mercado a menos de 5 anos.

Além do tempo de atuação da empresa no mercado, os respondentes também foram questionados quanto a forma de realização da contabilidade na empresa, se esta é realizada de forma interna ou externa, ao qual o resultado está apresentado na Tabela 6.

Tabela 6: Forma de Realização da Contabilidade na Empresa

Forma de Realização da Contabilidade na Empresa	Frequência
Interna	6
Externa	54

Total	60
--------------	----

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Como a pesquisa está focada em micro e pequenas empresas, a maior parte dos respondentes apresentou como resposta de que a contabilidade é realizada de forma externa, ou seja, a realização da contabilidade é realizada por escritório especializado, correspondendo a 90% da amostra da pesquisa.

A Tabela 7 evidencia o número de funcionários da empresa, na data de aplicação do questionário.

Tabela 7: Número Atual de Funcionários da Empresa

Número Atual de Funcionários da Empresa	Frequência
Até 9 pessoas	55
De 10 a 49 pessoas	5
Total	60

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Nota-se que na maioria dos negócios, há até 9 funcionários. 91,66% das empresas presentes no questionário, o que corresponde a 55 empresas, empregam até no máximo 9 pessoas. Somente 8,34% possui em seu quadro, mais de 10 funcionários.

Respeitar o princípio da entidade é necessário, para que haja maior controle das finanças e resultados da empresa. Portanto, para as questões referentes à aplicação do princípio da entidade nas micro e pequenas empresas, foram evidenciados os resultados nas tabelas a seguir. Para a análise do questionário, foi aplicado o ranking médio, com escala de 1 a 5, logo, quanto maior o ranking médio, maior é a frequência ao qual é realizada ou não, a questão proposta. A Tabela 8 apresenta questões quanto aos gastos e necessidades financeiras da empresa.

Tabela 8: Gastos e necessidades financeiras da empresa

Nº	Questões relativas a gastos e necessidades financeiras da empresa	Ranking Médio
1	Em eventuais necessidades financeiras da empresa, recorre a novos aportes do proprietário.	2,12
2	Em eventuais necessidades financeiras da empresa, recorre a descontos de duplicatas ou empréstimos bancários em nome da empresa.	2,10
3	Em eventuais necessidades financeiras do proprietário, recorre a descontos de duplicatas ou empréstimos bancários em nome da empresa.	1,43
4	Em eventuais necessidades do proprietário, recorre a saque da empresa.	2,43
5	Pequenos gastos da empresa são pagos com dinheiro (Caixa/Conta Corrente) do proprietário.	1,80
6	Pequenos gastos da empresa são pagos com dinheiro (Caixa/Conta Corrente) da empresa.	4,40

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Pode-se verificar através da análise do ranking médio das questões de número 01 a número 06, que o princípio da entidade não é totalmente seguido. Apesar de algumas micro e pequenas empresas cumprirem ao princípio, há aquelas ao qual desconhecem ou não seguem o princípio. Dentre as necessidades financeiras da empresa, há a verificação do ranking de 2,12 para os aportes realizados de proprietários, ao qual em geral, os respondentes nunca ou raramente recorreram a recursos do proprietário para suprir as necessidades financeiras da empresa. Assim como a maior parte também respondeu de

que nunca ou raramente recorrem a descontos de duplicatas ou empréstimos bancários em nome da empresa.

Mais de 50% dos respondentes apontou de que nunca recorre a descontos de duplicatas ou empréstimos bancários em nome da empresa, para suprir necessidades financeiras do proprietário da empresa. Isso demonstra que, apesar da prevalência dos proprietários estarem cientes de que não se deve misturar as finanças da empresa, com o pessoal, ainda há aqueles empresários que não obedecem ao princípio da entidade, e acabam misturando os patrimônios.

A questão 4 também apresenta o não cumprimento ao princípio, onde muitos são os proprietários que ocasionalmente acabam realizando saques da empresa, quando possuem necessidades financeiras pessoais, apresentando um ranking médio de 2,43.

Quanto aos pequenos gastos da empresa, pode-se verificar que no geral o princípio é seguido, e que os sócios utilizam dos recursos da empresa, e não pessoais, para quitação destes.

Assim como apresentado no artigo análise da aplicação do princípio da entidade em micro e pequenas empresas do Distrito Federal, de Abreu e Mello (2015), pode-se destacar a coincidência de alguns resultados. Nunca ou raramente há o aporte de proprietários para suprir as necessidades da empresa. Porém, frequentemente os proprietários utilizam de recursos da empresa para sanar necessidades pessoais.

A Tabela 9 apresenta questões voltadas ao uso de veículo e retiradas de dinheiro da empresa pelos sócios, que também são itens importantes a serem verificados quanto à implantação ou não do princípio da entidade no negócio.

Tabela 9: Uso de veículo e retiradas de dinheiro da empresa pelos sócios

Nº	Questões relativas ao uso de veículo e retiradas de dinheiro da empresa pelos sócios	Ranking Médio
7	Para realizar atividade externa, a empresa utiliza veículo do proprietário.	3,13
8	Para realizar atividade externa, a empresa utiliza veículo da empresa.	3,90
9	Para realizar atividade externa, a empresa utiliza veículo terceirizado.	1,27
10	As retiradas de dinheiro da empresa pelos sócios são registrados como pró-labore.	3,55
11	As retiradas de dinheiro da empresa pelos sócios são informais (sem registro).	2,32

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

A utilização do veículo da empresa para uso pessoal, ou o uso do veículo particular para a realização das atividades da empresa, são erros muito comuns que ferrem o princípio da entidade. Pode-se notar na análise do ranking médio, que é muito frequente a utilização do veículo dos proprietários na realização das atividades da empresa. Isso faz com que não se tenha uma noção exata da lucratividade da empresa, pois quando há a utilização do carro do sócio na empresa, não ocorre o registro de despesas vinculadas ao uso do veículo, como gastos com combustível, pneus, e outras manutenções realizadas, ao qual a empresa seria responsável pelo seu pagamento e registro. O veículo também sofre depreciação, e quando é utilizado o carro do proprietário da empresa, tal despesa não é considerada e contabilizada.

Pelo foco da pesquisa ser micro e pequenas empresas, há muitas delas que não possuem veículo que seja próprio da empresa, sendo esse um dos motivos do uso do veículo particular dos sócios. Outro fator provável que influencia nessa questão é de que, em alguns casos, a frequência de atividades externas seja pequena, o que torna mais fácil a utilização do veículo do proprietário da empresa na realização das

atividades do negócio Raras são as empresas que utilizam veículo terceirizado para o exercício do trabalho.

Por outro lado, mais de 50% dos questionados possui veículo próprio registrado na empresa, ao qual é utilizado no exercício da função, apresentando um ranking de 3,90.

As questões 10 e 11 exibem o ranking médio referente as retiradas de dinheiro dos sócios na empresa. Apesar do maior número de sócios registrarem retiradas mensais como pró-labore, ainda é expressivo o número daqueles que não o fazem. Pelo tamanho da amostra analisada, mais de 20% dos respondentes, nunca ou raramente registram a retirada de pró-labore, o que é um número preocupante, e não respeita o princípio da entidade.

Vale destacar também, que somente 40% dos questionados apresentou a resposta de que nunca há retiradas informais na empresa pelos sócios, sendo que o restante dos respondentes realizam retiradas de dinheiro da empresa sem registrá-las. Esta é uma das maiores causas de mortalidade de empresas, ou seja, do fim de suas atividades. A falta do devido registro das retiradas de dinheiro pelos proprietários da empresa, faz com que haja um descontrole financeiro e, em muitos casos, as retiradas passam a ser em valores maiores do que a empresa consegue suportar, o que afeta todo o negócio. As retiradas acabam trazendo muitas consequências, como a falta de recursos para pagamento de fornecedores, para o capital de giro, aquisição de estoque, além de gerar a necessidade de buscar recursos de terceiros, instituições bancárias, o que aumenta os valores desembolsados, considerando o pagamento de juros e demais despesas bancárias.

Abreu e Mello (2015) obtiveram como resultado em seus estudos que os proprietários sempre ou as vezes utilizam o veículo próprio para realizar atividades da empresa, o que também está apresentado no ranking médio do presente estudo. É um dos erros mais comuns que ferem o princípio da entidade, pois além de utilizar um bem próprio na execução de atividades da empresa, na maioria dos casos as despesas de manutenção do veículo não são contabilizadas e consideradas. As retiradas de dinheiro da empresa, que são informais, também ocorrem com muita frequência.

Na Tabela 10, estão apresentadas a destinação do lucro, e assuntos relacionados a pagamento de contas e utilização do CPF/CNPJ.

Tabela 10: Destinação do lucro, pagamento de contas e utilização de CPF/CNPJ

Nº	Questões relativas à destinação do lucro, pagamento de contas e utilização de CPF/CNPJ	Ranking Médio
12	O lucro da empresa é retirado pelo proprietário para gastos pessoais.	2,25
13	O lucro da empresa é investido na melhoria das instalações.	3,90
14	O lucro da empresa é investido na reposição de estoque.	4,13
15	O pagamento de contas particulares dos sócios (ex.: água, luz, telefone) é realizado com caixa/conta bancária da empresa.	2,20
16	Utilizo de razão social e CNPJ para aquisições de mercadorias para uso e consumo dos sócios.	1,50
17	Utilizo CPF do sócio para aquisições de mercadorias e serviços, adquiridos para uso/comercialização da empresa.	1,80

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

A grande maioria dos proprietários das micro e pequenas empresas da amostra da pesquisa, não retira os lucros da empresa para utilização em gastos pessoais. Em geral, os respondentes apresentaram como resposta de que nunca ou raramente retiram os lucros da empresa para fins pessoais. É um ponto positivo, pois acabam investindo

esse valor no próprio negócio, melhorando constantemente as atividades e aumentando gradativamente os lucros auferidos.

Com um ranking médio de 3,90, pode-se verificar que há superioridade quanto aos gestores que reinvestem o lucro na empresa, realizando a melhoria das instalações. É de grande importância, pois quanto melhor for o processo, melhor será a realização do trabalho, além de proporcionar uma melhoria no gerenciamento de gastos e aumentar constantemente a lucratividade.

Também com ranking de 4,13, os respondentes optam em reinvestir o lucro no negócio através do investimento em reposição de estoque. Todo e qualquer investimento realizado na empresa, garante uma melhoria e crescimento contínuo das vendas, aumentando a lucratividade e expansão dos negócios. Porém, vale destacar, que toda e qualquer retirada de lucro da empresa, deverá ser registrada contabilmente.

A questão 15 apresenta outro ponto importante a ser cuidado, que é o pagamento de contas particulares dos proprietários, com recursos da empresa. Mais da metade dos questionados respondeu de que não utiliza o financeiro da empresa, para pagamento de suas contas pessoais. Porém, com um ranking médio de 2,20, verifica-se que muitos ainda ferem o princípio da entidade, e acabam pagando suas contas com recursos da empresa, o que representa 45% dos respondentes.

Apesar da pluralidade dos sócios não realizarem a confusão de uso de CPF e CNPJ, alguns ainda desobedecem ao princípio da entidade, as vezes por poderem se beneficiar de descontos, ou até por desconhecerem sobre o assunto ou algum outro motivo. É o que apresentam as questões de número 16 e 17, ao qual ficaram com ranking médio de 1,50 e 1,80 respectivamente. Há aqueles que utilizam o cadastro de pessoa jurídica para realizar compras de uso pessoal, e também os que utilizam do cadastro de pessoa física, para aquisição de mercadorias e serviços que seria para o uso da empresa.

A Tabela 11 evidencia questões relacionadas a comunicação entre as empresas e o contador, e sobre a atualização quanto as normas contábeis.

Tabela 11: Comunicação entre empresas e contador, e atualização às normas contábeis

Nº	Questões relativas a comunicação entre empresas e contador, e atualização às normas contábeis	Ranking Médio
18	Recebo do profissional contábil orientações quanto a separação do patrimônio da empresa e dos sócios, e outros assuntos.	3,63
19	Realizo com frequência reuniões com o contador para tratar de informações da empresa.	3,27
20	Tenho me atualizado frequentemente às normas contábeis pertinentes a empresa.	3,57

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

A maioria dos respondentes recebe orientações quanto ao princípio da entidade de seu contador. É de grande importância que o profissional contábil oriente os proprietários quanto a separação do patrimônio da empresa e dos sócios. Muitas correções podem ser feitas quando há orientação, não somente quanto ao princípio, mas também outros assuntos. Há casos em que o sócio somente não procede de maneira correta pelo simples fato de não ter conhecimento sobre o assunto. A orientação torna-se útil, e possui grande importância para evitar problemas futuros. Com um ranking médio de 3,63, pode-se verificar que no geral os empresários recebem algum tipo de orientação, porém muitos deles o recebem raramente.

Buscar conhecimento sobre o assunto auxilia na sobrevivência do negócio, além de proporcionar um aumento gradativo da lucratividade. Além de orientações, vários

são os empresários que também realizam frequentes reuniões com o contador, para tratar de informações diversas da empresa. Buscar ajuda do profissional contábil torna-se útil, pois este irá auxiliar na tomada de decisões e na análise dos dados da empresa, verificando os pontos a serem melhorados. As informações contábeis são essenciais, pois através delas que pode-se verificar e identificar possíveis problemas existentes no negócio, e até auxiliar na formação de preço de venda, redução de custos e despesas, o que aumentará a lucratividade do negócio.

Com um ranking médio de 3,57, são muitos os empresários que buscam a atualização frequente das normas contábeis pertinentes a empresa. Não basta somente focar nas atividades da empresa, mas também é essencial que se busque conhecimento quanto as normas vigentes.

Assim, finalizando a análise e apresentação dos resultados, e verificando as diversas características encontradas a partir da análise do questionário referente a aplicação do princípio da entidade em micro e pequenas empresas, a sessão a seguir apresenta as principais considerações encontradas, após a realização do estudo em questão.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve por objetivo analisar qual a aplicabilidade do princípio da entidade nas micro e pequenas empresas, situadas em uma cidade do Extremo Oeste de Santa Catarina. Com a aplicação do questionário e posterior verificação e análise das respostas obtidas, desenvolveu-se o presente artigo, com natureza teórico-empírica e objetivo descritivo e exploratório. A abordagem quantitativa é a observada no estudo, sendo que o questionário foi o método de pesquisa utilizado.

Para a obtenção dos resultados, aplicou-se um questionário nas empresas da amostra da pesquisa, e após realizado o levantamento do perfil dos respondentes do primeiro bloco do questionário, e realização de cálculos de média pelo ranking médio, das questões apresentadas no segundo bloco.

Quanto ao perfil dos respondentes, pode-se verificar que a gestão é realizada por um perfil relativamente jovem, onde predomina a idade entre 26 a 45 anos. Muitos deles também detêm uma boa formação, sendo que vários possuem graduação ou até alguma outra especialização, o que demonstra o interesse pelo conhecimento por parte dos gestores.

Muitos dos respondentes possuem cargos importantes na empresa, desde gerente ou diretor, sendo que dos 60 questionados, 29 estão a mais de 10 anos no cargo. Poucas das empresas consideradas na amostra, estão a menos de 5 anos no mercado, o que representa a sobrevivência das atividades empresariais pela grande maioria. O fato de ter sido considerada apenas as micro e pequenas empresas nesta pesquisa, obteve-se num contexto geral de que no geral, os respondentes tem em seu quadro até 9 funcionários. Quanto a contabilidade, 90% dos respondentes possui contabilidade externa.

Dentre os achados, prevalece de que as empresas não recebem aporte financeiro de recursos advindos de proprietários ou instituições financeiras e terceiros. Porém há aqueles que revelam não praticar o princípio da entidade, e que acabam por utilizar dos recursos próprios para suprir eventuais necessidades da empresa.

Com um ranking médio de 2,43, muitos são os empresários que recorrem a saques na empresa para suprir necessidades pessoais, porém, o descontrole de retiradas

e sua não contabilização, acabam afetando negativamente os resultados do negócio. Quanto aos pequenos gastos da empresa, grande proporção dos respondentes apontam que estes são liquidados com recursos da empresa, e não dos sócios.

Um dos pontos a ser destacado em relação ao descumprimento do princípio da entidade, é quanto a utilização do veículo dos proprietários para a realização das atividades da empresa. Em um grande número de micro e pequenas empresas, há a utilização do carro do sócio, o que acaba afetando o resultado da empresa, e quando isso ocorre, muitos são os custos e despesas não contabilizados no resultado, o que acaba apresentando um falso resultado. Não é possível evidenciar o real lucro ou prejuízo que o negócio está proporcionando, por isso a importância de utilizar o veículo da empresa para realização de suas atividades.

Outro ponto verificado de descumprimento do princípio da entidade é quanto as retiradas de sócios, não registradas pela contabilidade. Dos 60 respondentes, 25 responderam de que é frequente a ocorrência do não registro de retiradas dos sócios, o que representa 41,66%. Muitos são os proprietários que realizam retiradas sem registro, informais, sendo que um dos erros está no não registro das retiradas de salário como pagamento de pró-labore, apresentando um ranking médio de 3,55.

Toda retirada deverá ser contabilizada, e foi possível verificar no questionário que predomina os proprietários que preferem reinvestir o lucro na empresa, ao invés de realizar a retirada de lucros para gastos pessoais. Somente 10 dos 60 respondentes retiram com frequência, valores da empresa para gastos pessoais, apresentando um ranking médio de 2,25, porém, em geral, o lucro é investido na reposição do estoque, o que é representado pelo ranking médio de 4,13, ou então na realização de melhorias das instalações, com ranking médio de 3,9.

Muitos são os sócios que utilizam os recursos da empresa para pagamento de contas pessoais, o que na pesquisa representam 45% dos respondentes, além de realizarem a confusão de personalidades, ao qual passam a utilizar o CNPJ para aquisições de cunho pessoal, ou então utilização do CPF, para aquisições de mercadorias e serviços que serão utilizados na empresa.

Quanto a questão de busca por conhecimento e auxílio, a maioria dos respondentes busca a ajuda dos profissionais contábeis, que além de reuniões, torna-se importante o contato do empresário com seu contador, pois este poderá auxiliá-lo em diversas questões relacionadas a empresa. Os relatórios contábeis auxiliam em muitos quesitos, principalmente na tomada de decisão.

Dos resultados encontrados, pode-se verificar que muitas são as micro e pequenas empresas que não atendem o princípio da entidade. A empresa possui personalidade própria, portanto o patrimônio do negócio deverá ser separado do patrimônio dos sócios.

Conclui-se, portanto, que verificar o princípio da entidade é essencial para a continuidade e sobrevivência do negócio. Quando as retiradas de sócio ocorrem de forma desenfreada, sem os devidos registros, há a perda de controle da situação, o que poderá trazer grandes prejuízos futuros, pois além de afetar o resultado da empresa, o controle financeiro pessoal do sócio também poderá sofrer com o descumprimento. Muitos ainda são os empresários que não seguem o princípio, por vezes pode ser pelo simples fato de não ter conhecimento sobre o assunto, ou então por não darem a devida importância ao princípio.

Como indicações para estudos futuros sugere-se verificar a aplicação do princípio da entidade em outras regiões. Além disso, pode-se aplicar o estudo em

empresas com outro porte, sendo assim possível analisar se as empresas de grande porte seguem o princípio.

REFERÊNCIAS

- ABREU, E. E.; FREITAS, L. B.; ALMEIDA, F. M. M. Aplicabilidade do princípio contábil da entidade aos supermercados localizados no município de Irupi-ES. In: Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, 9. 2012, Rio de Janeiro. **Anais**. Rio de Janeiro: AEDB, 2012.
- ABREU, R. D.; MELLO, M. C. B. Análise da aplicação do princípio da entidade em micro e pequenas empresas do Distrito Federal. In: XI Simpósio de TCC e Seminário de IC. 2015. Distrito Federal. **Anais**. Distrito Federal: ICESP, 2015, p. 182-191.
- Disponível em:
<http://nippromove.hospedagemdesites.ws/anais_simposio/arquivos_up/documentos/artigos/d7250afaf6f1d707fd51413395b35f8e.pdf>. Acesso em: 06 de jun. 2020.
- ALBUQUERQUE, R. **Um estudo aplicado sobre a violação do princípio da entidade e a visão dos gestores sobre a informação contábil em micro e pequenas empresas do comércio da cidade de Caxias Do Sul – RS**. Monografia (Bacharel em Ciências Contábeis) - Universidade de Caxias do Sul. Caxias do Sul, p. 61. 2011.
- ALVES, N. J. F.; KASSAI, J. R.; LUCAS, E. C.; FERREIRA, H. M. G. Relato Integrado e o Formato da Informação Financeira para Evidenciar a Criação de Valor das Empresas do Programa Piloto. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, v. 5, n. 3, p. 99-122, 2017.
- ARAÚJO, A. N.; SIEBRA, A. A. Aplicação do princípio da entidade em empresas de Campo Grande/MS. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ed. 06, v. 07, p. 29-51, 2019.
- BAZZOTTI, C.; GARCIA, E. A importância do sistema de informação gerencial na gestão empresarial para tomada de decisões. **Ciências Sociais Aplicadas em Revista**, v. 6, n. 11, 2006.
- BORGES, G. F.; SOARES, K. G. R.; NAZARETH, L. G. C.; NASCIMENTO, J. P. B.; SOARES, E. R. Descontinuidade de empresas: um estudo sob a ótica dos contadores na cidade de São João del-Rei (MG). **Revista Mineira de Contabilidade**, v. 1, n. 45, p. 21-28, 2012.
- BRAGA, M. C. O. **Contabilidade Financeira e Planejamento de Caixa**. Monografia (Especialista em Finanças e Gestão Corporativa) – Universidade Cândido Mendes. Rio de Janeiro, p. 30. 2010.
- CARAFFINI, J. P. T. S.; SOUZA, A. R. L.; BEHR, A. Contabilidade com Foco nos Concorrentes: Uma Análise no Setor Bancário. **Enfoque Reflexão Contábil**, v. 39, n. 2, p. 43-57, 2020.
- CEPÊDA, C. L. M.; MONTEIRO, A. P. A percepção dos Contabilistas Sobre a Utilidade da Informação Financeira na Tomada de Decisão – Um Estudo em Portugal. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, v. 22, n. 2, p. 363-380, 2020.
- CHIARELLI, G. A gestão empresarial como conhecimento científico, estratégico e humano da organização: estratégias mercadológicas na elaboração do negócio próprio. **Revista Científica Semana Acadêmica**, v. 1, n. 2, 2013.
- Comissão de Valores Mobiliários - CVM. **Deliberação CVM n. 29/86**. Estrutura conceitual básica da contabilidade. 1986.

- COUTINHO, A. S.; MATTOS, C. C.; FONSECA, P. H. L.; BRAGA, Z. J. B. **Contabilidade Financeira**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.
- DANI, A. C.; BEUREN, I. M. Nível de integração dos sistemas de contabilidade financeira e gerencial com o processo de convergência contábil e a efetividade da controladoria. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, v. 8, n. 3, p. 289-308, 2014.
- DALFOVO, M. S.; LANA, R. A.; SILVEIRA, A. Métodos Quantitativos e Qualitativos: um Resgate Teórico. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, v. 2, n. 4, p. 01-13, 2008.
- DIEHL, A. A. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas**. São Paulo: Prentice Hall, 2004.
- FALCONI, V. **O verdadeiro poder**. Minas Gerais: INDG Tecnologia e Serviços, 2009.
- FEIL, A. A.; HABERKAMP, A. M. Análise do Nível de Importância e das Variáveis Intervenientes na Utilização de Ferramentas Gerenciais em Micro e Pequenas Empresas. **Revista da Micro e Pequena Empresa**, v. 14, n. 3, p. 120-133, 2020.
- FILHO, G. A. L.; OLIVEIRA, L. L. Os motivos que influenciam a não aplicação do princípio da entidade pelos empresários do ramo de autopeças da cidade de Montes Claros – MG. **Enfoque Reflexão Contábil**, v. 29, n. 1, p. 49-61, 2010.
- FLORIANO, J. C.; LOZECKYI, J. **A importância dos instrumentos de controle interno para gestão empresarial**. 5. ed. Paraná: Lato Sensus, 2008.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- GILIO, L.; AFONSO, L. E. Grau de aproximação entre a Contabilidade Gerencial e a Contabilidade Financeira em função de convergência às normas do IASB. **Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 16, n. 3, p. 70-89, 2013.
- HANSEN, D. R.; MOWEN, Maryanne M. **Cost management**. 2ª ed., Cincinnati, Ohio: South-Western College Publications, 1997.
- IUDÍCIBUS, S. **Teoria da Contabilidade**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- IUDÍCIBUS, S.; MARION, J. C.; FARIA, A. C. **Introdução à Teoria da Contabilidade**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- KOCHE, J. C. **Fundamentos de Metodologia Científica: Teoria da Ciência e Iniciação à Pesquisa**. 29.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- LUCA, G. A. C.; CICHELLA, E. **Planejamento tributário: uma ferramenta imprescindível para a gestão empresarial, com exemplo prático de cisão societária**. Monografia - MBA em Gestão Estratégica de Finanças e Controladoria, Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. Criciúma, p. 52. 2014.
- MARTINELLO, D. **Gestão empresarial: a importância da controladoria no processo decisório em uma empresa do ramo de confecções**. TCC (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade do Extremo Sul Catarinense UNESC. Criciúma, p.140. 2011.
- MOTERLE, S.; WERNKE, R.; JUNGES, I. Conhecimento sobre Gestão Financeira dos Dirigentes de Pequenas Empresas do Sul de Santa Catarina. **RACE: Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, v. 18, n. 1, p. 31-56, 2019.
- MOURA, G. D.; FANK, O. L.; DALLABONA, L. F.; LAVARDA, C. E. F. Contabilidade e finanças: análise da plataforma teórica dos congressos ANPCONT e USP no período de 2007 a 2009. **Contexto - Revista do Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade da UFRGS**, v. 11, n. 19, p. 7-19, 2011.
- NIYAMA, J. K.; SILVA, C. A. T. **Teoria da Contabilidade**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2013.

- OLIVEIRA, L. M.; PEREZ JR, J. H.; SILVA, C. A. S. **Controladoria estratégica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- PAZ, C. F. **Processo de controle financeiro**: estudo de caso no contexto do princípio da entidade. Dissertação (Programa de Mestrado em Administração) – Faculdade Campo Limpo Paulista – FACCAMP. Campo Limpo Paulista, p. 151. 2017.
- PEREIRA, C. A. Ambiente, empresa, gestão e eficiência. In: CATELLI, Armando (Org.). **Controladoria**: uma abordagem da gestão econômica - GECON. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- PRODANOV, C. C; FREITAS, E.C. de. **Metodologia do trabalho científico**: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. 2.ed. Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2013.
- SEBRAE. **Micro e pequenas empresas geram 27% do PIB do Brasil**. 2014. Disponível em: <<https://m.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/mt/noticias/micro-e-pequenas-empresas-geram-27-do-pib-do-brasil,ad0fc70646467410VgnVCM2000003c74010aRCRD>>. Acesso em: 20 de jun. 2020.
- SEBRAE. **Participação das Micro e Pequenas Empresas na Economia Brasileira**. 2014. Disponível em: <<https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Estudos%20e%20Pesquisas/Participacao%20das%20micro%20e%20pequenas%20empresas.pdf>>. Acesso em: 20 de jun. 2020.
- SEBRAE. **Perfil das microempresas e empresas de pequeno porte**. 2018. Disponível em: <<https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/RO/Anexos/Perfil%20das%20ME%20e%20EPP%20-%202004%202018.pdf>>. Acesso em: 23 de jun. 2020.
- SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertações**. 4.ed. Florianópolis: UFSC, 2005
- SILVA, M. C. F.; MOROZINI, J. F.; CASTRO, J. O Princípio da Entidade Contábil e a Teoria da Desconsideração da Personalidade Jurídica. **Revista Capital Científico - Eletrônica**, v. 11, n. 2, p. 117-127, 2013.
- SOUSA, A. C. R.; SILVA, J. B.; CARVALHO, K. L. C.; SANTOS, L. C. Planejamento tributário como ferramenta de gestão empresarial. **Revista Humanidades & Inovação**, v. 5, n. 11, p. 157-165, 2018.
- SOUZA, D. S. **Conhecimento e aplicação do princípio da entidade pelos microempresários do setor do comércio no município de Pimenta Bueno – RO**. TCC (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Rondônia – UNIR. Cacoal, p.28. 2014.
- SOUZA, R. P.; RUSSO, P. T.; GUERREIRO, R. Estudo sobre a Usabilidade das Práticas de Contabilidade Gerencial mais Intensamente Usadas em Empresas que Atuam no Brasil. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 17, n. 45, p. 33-49, 2020.
- TRIGUEIRO, T. B. **Diferenciações Evidentes entre Contabilidade Financeira e Contabilidade Gerencial**: Uma Revisão Literária. TCC (Graduação em Ciências Contábeis) – UniCEUB Centro Universitário de Brasília. Brasília, p. 25. 2017.
- VALVERDE, C.; CHIARETO, J.; GOULART, L. E. T. A importância do planejamento financeiro e do controle orçamentário para a tomada de decisão em instituições de ensino de educação básica. **Revista Liceu On-line**, v. 10, n. 2, p. 136-153, 2020.